



CÂMARA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA-CE

CONCURSO PÚBLICO

CONTROLADOR GERAL

ESCREVA NO CAMPO ABAIXO A NUMERAÇÃO CONTIDA EM SEU CARTÃO-RESPOSTA:

Nº _____

INSTRUÇÕES GERAIS

1. O (a) candidato(a) receberá do Fiscal de Sala o material a seguir descrito:
 - ✓ este caderno com 40 (quarenta) questões do tipo objetiva, cada qual com quatro alternativas (A, B, C e D); e
 - ✓ um cartão-resposta destinado às respostas das questões objetivas.
2. Ao receber o cartão-resposta, o(a) candidato(a) deverá:
 - ✓ conferir seus dados pessoais, como nome e CPF, que constam na parte superior do cartão-resposta;
 - ✓ caso exista algum erro de digitação ou impressão no seu cartão-resposta, comunicar imediatamente ao Fiscal de Sala, a fim de que seja registrado em Ata de Sala e seja feita a devida substituição;
 - ✓ ler atentamente as instruções contidas no cartão-resposta, para o seu devido preenchimento;
 - ✓ assinar o cartão-resposta no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta fabricada em material transparente.
3. O cartão-resposta é o único documento válido para o processamento das respostas da prova objetiva e, em hipótese alguma, será substituído por erro do(a) candidato(a).
4. O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
5. Somente será permitido ao(à) candidato(a) retirar-se definitivamente do local de prova após transcorrido o tempo de 03 (três) horas de seu início, mediante a entrega obrigatória do seu caderno de questões e de seu cartão-resposta, devidamente preenchido e assinado, ao Fiscal de Sala.
6. O(a) candidato(a) poderá ausentar-se da sala de aula, para utilização de sanitários ou para beber água, após transcorrido o tempo de 01 (uma) hora de seu início e até o prazo de 20 (vinte) minutos antes do término do tempo de prova.
7. O(a) candidato(a) deverá devolver ao Fiscal de Sala, obrigatoriamente, o cartão-resposta e o caderno de questões. Caso se negue a entregá-los, será eliminado(a) do concurso.
8. O tempo disponível para realização das questões objetivas, bem como ao preenchimento do cartão-resposta, é de 04 (quatro) horas.
9. Não serão aceitas reclamações posteriores.
10. Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

Cidades inteligentes e inteligência artificial: como a inovação tem transformado serviços públicos

*Publicado em 22/11/2025 – Por Régis de Oliveira Júnior**

O uso da inteligência artificial (IA) já se consolidou nas cidades brasileiras. O objetivo é claro: qualificar os serviços públicos e entregar uma experiência melhor para o cidadão. Num país com tanta burocracia barrando o acesso a direitos, qualquer avanço tecnológico impacta demais o nosso dia a dia. A pergunta principal mudou. Já não se discute quando a IA vai chegar, mas, sim, como vamos usá-la. A chave é garantir que essa aplicação seja feita com responsabilidade, eficácia e, o mais importante, focada na população.

Desde 2023, a digitalização das prefeituras acelerou bastante. Isso rolou por causa da internet que melhorou, das políticas de smart cities que ganharam força e porque os municípios agora têm mais capacidade de analisar um volume enorme de dados. A IA está em tudo: saúde, mobilidade urbana, segurança, educação e zeladoria. O cidadão, que vivia em longas filas, se deslocando muito ou preso em processos chatos, agora consegue respostas bem mais rápidas e vê menos obstáculos no caminho.

Curitiba é a prova viva dessa inovação. A Muralha Digital tem cerca de 1.600 câmeras e usa visão computacional para ajudar no trânsito e na segurança. O 156 também mudou graças à IA: o sistema consegue reconhecer fotos que os moradores mandam (tipo uma árvore que caiu ou lixo acumulado) e encaminha o pedido certo na hora. A capital paranaense mostra uma integração clara entre tecnologia, planejamento e governança.

Paralelamente, cidades de todos os portes estão testando soluções preditivas para problemas graves. No Recife, o Conecta Recife já tem mais de 650 serviços digitais. Lá, a IA analisa exames e dados de pacientes para avisar sobre riscos, diminuir as faltas e organizar melhor as consultas. Em Rio do Sul, Santa Catarina, um sistema de previsão acertou quase 100% dos casos de evasão escolar, dando tempo para a prefeitura agir antes.

Pessoas que entendem de governança digital dizem que os modelos de machine learning (até os mais básicos) analisam padrões em prontuários, frequência, infraestrutura e mobilidade. Quando operados com a devida supervisão humana, esses algoritmos têm a capacidade de antecipar riscos, organizar melhor as filas, cortar desperdícios e aprimorar significativamente a gestão pública. No entanto, o desafio crucial reside na transparência sobre o funcionamento desses sistemas, exigindo uma prestação de contas contínua à população.

Para ilustrar a amplitude dessas aplicações, listamos dez municípios que já colocam a IA em prática: Curitiba, com a Muralha Digital e o 156 inteligente; Recife, usando o Conecta Recife e a análise de exames; São Paulo, com o SP156 e reconhecimento de imagem; Rio Grande do Sul, com o sistema preditivo contra evasão escolar; Cascavel, que automatiza a triagem de documentos; Porto Alegre, com IA para identificar buracos nas ruas; Belo Horizonte, monitorando pontes com sensores inteligentes; São Caetano do Sul, oferecendo assistentes virtuais 24 horas; Vitória, otimizando o trabalho e cortando custos; e Mogi das Cruzes, que aplica a análise preditiva em segurança e mobilidade.

O avanço das cidades inteligentes impõe, por consequência, novas responsabilidades. A inclusão digital segue como um obstáculo imenso para milhões de brasileiros, especialmente em regiões periféricas ou rurais. Para que a IA seja uma ferramenta democrática, é imperativo ampliar o acesso à internet, promover a alfabetização digital e esclarecer, de forma simples e acessível, como os dados do cidadão serão de fato utilizados.

A privacidade se configura como um dos pontos mais sensíveis da discussão. Sistemas que mexem com dados sensíveis, como histórico de saúde ou de onde a pessoa se desloca, precisam seguir protocolos de proteção e auditoria muito rigorosos. O viés algorítmico também é motivo de preocupação: se os dados usados para alimentar os modelos tiverem falhas ou virem de um histórico de desigualdades, a IA corre o risco de reforçar injustiças sociais ou raciais.

Além disso, a regulação da IA ainda está crua no Brasil. Isso cria lacunas que a gente precisa debater: não tem legislação específica, não dá para prever direito os custos a longo prazo e a dependência de empresas privadas é uma dor de cabeça. É importantíssimo que universidades, gestores públicos, gente da ética e a sociedade civil se envolvam na construção de políticas públicas para a IA.

Olhar para fora só mostra o quanto precisamos disso. Países como Estônia, Coreia do Sul e Reino Unido avançaram muito porque juntaram tecnologia com leis fortes. Por lá, as cidades inteligentes não são só sobre inovar; elas também exigem governança aberta e participação das pessoas. O Brasil pode ir por um caminho parecido, desde que a aplicação da IA no setor público seja guiada por dados concretos, tenha metas claras e, claro, um forte compromisso humano.

A IA está transformando o serviço público no Brasil. Se for usada com responsabilidade, ela diminui a burocracia, melhora o acesso, aumenta a eficiência e, no fim das contas, devolve tempo para o cidadão. O que vai definir o jogo não é só a tecnologia. É a governança de como ela é aplicada. Prefeituras têm que digitalizar mais rápido, treinar o pessoal, serem transparentes e abraçar a responsabilidade ética que vem com essa inovação.

A inteligência artificial pode virar o jogo na relação entre o povo e o governo. Para que essa promessa saia do papel, a inovação precisa ser guiada por dados confiáveis, ética e pelas necessidades reais de quem mora na cidade. O futuro urbano do Brasil não será determinado pelo código dos algoritmos, mas sim pela qualidade do compromisso ético e prático de quem administra o setor público.

* Jornalista e especialista em Inteligência Artificial pela ESPM Tech

1. De acordo com o Texto 1, a adoção de sistemas baseados em IA nas prefeituras brasileiras demanda uma governança ampliada. Entre as alternativas abaixo, assinale a que, corretamente, sintetiza, de forma mais aderente ao conteúdo, o risco estrutural associado à falta de regulação nacional específica.

- A) Redução da capacidade operacional dos municípios por excesso de padronização tecnológica.
- B) Ampliação de riscos jurídicos decorrentes da impropriedade dos dados coletados pelas câmeras inteligentes.
- C) Dependência tecnológica de fornecedores privados e ausência de critérios claros para responsabilidade e auditoria.
- D) Impossibilidade de integração entre bases de dados municipais por falta de protocolos internacionais.

2. Em relação às regras de colocação pronominal, assinale a alternativa que está corretamente justificada quanto à posição dos pronomes oblíquos.

- A) *A IA deve-se aplicar com muita responsabilidade* — a próclise é obrigatória.
- B) *Os municípios têm-se preparado para o futuro* — a mesóclise é obrigatória por causa do verbo no presente.
- C) *As soluções apresentam-se eficazes a longo prazo* — a ênclise é obrigatória por início de oração nominal.
- D) *Ainda não se esclareceu o uso irregular dos dados* — a próclise é motivada por advérbio de negação.

3. Assinale a alternativa correta cujo período pode ser corretamente convertido para voz passiva analítica sem alteração de sentido.

- A) *“A IA transformou a experiência do cidadão no ambiente digital.”*
- B) *“A internet ficou fora do ar por um dia inteiro em todo mundo.”*
- C) *“As prefeituras precisam ampliar a supervisão em relação ao roubo de dados.”*
- D) *“Modelos de IA buscam aprimorar-se em padrões de atendimento.”*

4. Analise a função morfológica dos termos em destaque nas orações a seguir, observando a relação deles com os elementos linguísticos que os rodeiam.

- I. **O** que vai definir o jogo não é só a tecnologia.
- II. **O** futuro urbano do Brasil não será determinado pelo código dos algoritmos.
- III. *“...gente da ética e a sociedade civil se envolvam na construção de políticas públicas para a IA.”*

Sobre os itens acima, assinale a alternativa correta.

- A) Em I, tem-se um artigo definido masculino.
- B) Em I, tem-se um pronome demonstrativo masculino.
- C) Em II, tem-se um artigo indefinido masculino.
- D) Em III, tem-se um artigo definido e uma preposição.

5. Observe o uso da partícula “que” nos períodos a seguir:

- I. *“A chave é garantir **que** essa aplicação seja feita com responsabilidade, eficácia e, o mais importante, focada na população”.*
- II. *“Pessoas **que** entendem de governança digital dizem **que** os modelos de machine learning (até os mais básicos) analisam padrões em prontuários, frequência, infraestrutura e mobilidade”.*

Assinale a alternativa que classifica corretamente a função morfológica exercida pelas partículas em destaque nos itens acima.

- A) Em I, a partícula “que” funciona como conjunção explicativa.
- B) Em II, a segunda partícula “que” exerce função de conjunção integrante.
- C) Em I, a partícula “que” exerce função de pronome relativo.
- D) Em II, a primeira partícula “que” funciona como conjunção integrante.

6. A coesão sequencial é essencial para estabelecer uma sequência lógica de ideias em um texto, pois estas precisam estar relacionadas de modo a permitir que o leitor compreenda de forma clara o significado da mensagem. Ciente disso, analise os itens abaixo:

- I. *“A inteligência artificial pode virar o jogo na relação entre o povo e o governo. **Para que** essa promessa saia do papel, a inovação precisa ser guiada por dados confiáveis, ética e pelas necessidades reais de quem mora na cidade”.*
- II. *“**Além disso**, a regulação da IA ainda está crua no Brasil. Isso cria lacunas que a gente precisa debater: não tem legislação específica...”*
- III. *“**No entanto**, o desafio crucial reside na transparência sobre o funcionamento desses sistemas, exigindo uma prestação de contas contínua à população”.*

Assinale a assertiva que indica corretamente o sentido estabelecido pelos elementos coesivos em destaque nos períodos acima.

- A) I. Finalidade; II. Adição; III. Contrariedade.
- B) I. Causal; II. Acréscimo; III. Conclusão.
- C) I. Efeito; II. Comparação; III. Oposição.
- D) I. Objeto; II. Justaposição; III. Concessão.

7. Considerando as regras de concordância verbal da modalidade formal da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que a concordância verbal nas orações está totalmente correta.

- A) *Nos modelos de machine learning, contribuí diversos fatores para a redução de filas.*
- B) *No contexto da transformação digital, persiste entraves, especialmente nas regiões periféricas.*
- C) *Sobram desafios quando a administração pública depende exclusivamente de empresas privadas.*
- D) *Encontra-se sinais claros de que as cidades brasileiras já resolveram totalmente a inclusão digital.*

8. Observe a relação de coesão estabelecida pela conjunção “se” no período: “O viés algorítmico também é motivo de preocupação: **se** os dados usados para alimentar os modelos tiverem falhas ou virem de um histórico de desigualdades, a IA corre o risco de reforçar injustiças sociais ou raciais”. Assinale a alternativa que também apresenta um período em que a relação de sentido transmitida pelo “se” esteja presente.

- A) “O objetivo é claro: qualificar os serviços públicos e entregar uma experiência melhor para o cidadão”.
- B) “Já não se discute quando a IA vai chegar, mas, sim, como vamos usá-la”.
- C) “O Brasil pode ir por um caminho parecido, desde que a aplicação da IA no setor público seja guiada por dados concretos, tenha metas claras e, claro, um forte compromisso humano”.
- D) “Isso rolou por causa da internet que melhorou, das políticas de smart cities que ganharam força e porque os municípios agora têm mais capacidade de analisar um volume enorme de dados”.

9. A oração destacada em “O cidadão, **que vivia em longas filas**, se deslocando muito ou preso em processos chatos, agora consegue respostas bem mais rápidas e vê menos obstáculos no caminho” pode ser classificada como

- A) subordinada substantiva objetiva direta.
- B) subordinada adjetiva explicativa.
- C) subordinada adjetiva restritiva.
- D) coordenada sindética explicativa.

10. Considerando os processos de formação e estrutura morfológica das palavras presentes no Texto 1, assinale a alternativa correta quanto à classificação dos vocábulos destacados.

- A) Em “digitalização”, ocorre derivação regressiva a partir de “digitalizar”, com redução do radical e posterior acréscimo do sufixo nominal “-ção”.
- B) A palavra “sensores” é um caso de composição por justaposição, formada pela união de dois radicais sem perda fonética.
- C) O vocábulo “previsão” constitui derivação prefixal, em que o prefixo “pre-” se associa à base “visão”, sem alteração morfológica do elemento primitivo.
- D) O termo “governança” resulta de derivação sufixal, formada a partir do radical “govern-” acrescido do sufixo “-ança”, que indica ação, resultado ou qualidade.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Marina trabalha em uma agência de marketing e precisa enviar ao cliente um conjunto de 50 imagens em alta resolução. Ao tentar anexar os arquivos ao e-mail, o sistema informa que o tamanho total ultrapassa o limite permitido. Para resolver o problema rapidamente, Marina decide compactar todos os arquivos em uma única pasta antes de enviá-los. Analisando o caso, assinale a alternativa correta.

- A) A compactação não altera o tamanho dos arquivos, apenas muda suas extensões para facilitar o envio.
- B) Ao compactar os arquivos, Marina reduz o tamanho total e agrupa todos em um único arquivo, facilitando o envio por e-mail.
- C) O processo de compactação apaga parte dos arquivos originais para diminuir o tamanho total.
- D) Após a compactação, os arquivos não poderão mais ser descompactados nem utilizados em outros computadores.

12. Laura é funcionária do setor de recursos humanos e utiliza o navegador de internet para realizar pesquisas rotineiras. Durante o dia, ela precisa consultar vários sites diferentes ao mesmo tempo. Para não se perder e facilitar o acesso posterior aos links mais importantes, Laura decide usar recursos do navegador como abas e favoritos. Sobre o assunto, assinale a alternativa incorreta.

- A) As abas servem apenas para aumentar a velocidade da internet e não têm relação com a navegação entre sites.
- B) Os favoritos são usados apenas para salvar senhas e não podem armazenar endereços de sites.
- C) As abas permitem abrir e alternar entre várias páginas na mesma janela, enquanto os favoritos servem para guardar links de sites para acesso rápido no futuro.
- D) Para acessar vários sites ao mesmo tempo, é necessário abrir uma nova janela para cada um, pois o uso de abas sobrecarrega o navegador.

13. Durante o expediente, Ana recebeu um e-mail que parecia ser do setor de recursos humanos da empresa, pedindo para que ela clicasse em um link e atualizasse seus dados pessoais. Ao fazer isso, seu computador começou a apresentar mensagens exigindo pagamento em criptomoedas para liberar o acesso aos arquivos bloqueados. O técnico de TI informou que o sistema havia sido infectado por um tipo de malware. Sobre a situação, assinale a alternativa correta.

- A) O ataque descrito é um exemplo de phishing, pois o computador foi bloqueado após a instalação de um programa malicioso que exige resgate.
- B) O caso envolve ransomware, um tipo de malware que sequestra dados e exige pagamento para liberá-los, sendo disseminado por meio de ataques de phishing.
- C) O computador foi infectado por um worm, que se multiplica automaticamente por e-mail sem causar bloqueio de arquivos.
- D) Trata-se de um trojan, que sempre apaga os arquivos do computador sem pedir pagamento.

14. Vinicius é analista de suporte e foi encarregado de reforçar a segurança dos computadores da empresa após uma tentativa de invasão na rede. Para isso, ele configurou o firewall do sistema, instalou um antivírus e um antispymware atualizados, e orientou os funcionários a ativarem a autenticação multifator em todos os serviços online utilizados no trabalho. Considerando as medidas adotadas por Vinicius, assinale a alternativa correta.

- A) O firewall serve apenas para detectar vírus e remover arquivos infectados automaticamente.
- B) O antivírus impede exclusivamente o acesso a sites da internet e não tem relação com arquivos do computador.
- C) A autenticação multifator substitui totalmente o uso de senhas, tornando-as desnecessárias.
- D) O antispymware protege contra programas que tentam capturar informações do usuário sem autorização, e a autenticação multifator aumenta a segurança no acesso a contas on-line.

15. Lucas está coordenando um projeto com sua equipe usando uma plataforma de armazenamento em nuvem. Ele quer que alguns arquivos sejam editáveis apenas por determinados colegas, enquanto outros documentos podem ser apenas visualizados pelos demais membros do time. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) É possível configurar permissões de acesso, permitindo que alguns usuários apenas visualizem os arquivos, enquanto outros possam editá-los.
- B) Na nuvem, todos os arquivos compartilhados ficam automaticamente disponíveis para edição de qualquer pessoa da equipe, sem possibilidade de restrição.
- C) Arquivos compartilhados na nuvem não podem ter comentários ou histórico de alterações, apenas podem ser baixados.
- D) Para que todos os membros da equipe editem um arquivo, é necessário enviar uma cópia separada para cada um.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

16. De acordo com Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), considera-se dado pessoal sensível

- A) a opinião política, a filiação sindical ou a convicção religiosa.
- B) o nome completo do cidadão.
- C) o endereço residencial.
- D) a inscrição no CPF.

17. Nos termos do art. 37 da Constituição Federal de 1988, a moralidade administrativa exige

- A) atuação baseada em honestidade, lealdade, boa-fé e integridade.
- B) tomada de decisões com base em preferências pessoais.
- C) prioridade para interesses individuais.
- D) condutas orientadas por critérios políticos internos.

18. Rogério trabalha há 12 anos na Câmara Municipal de Independência/CE. Certo dia, um colega de longa data, que sempre o ajudou em situações pessoais, pediu que Rogério acelerasse a tramitação de um processo específico, “só para dar uma força”. Rogério, embora pessoalmente grato ao colega, decidiu seguir o procedimento regular, sem alterar prazos ou etapas, registrando todas as movimentações no sistema conforme previsto nas normas. Essa situação demonstra que

- A) Rogério agiu segundo sua moral pessoal, pois priorizou seus valores de gratidão ao colega.
- B) Rogério aplicou um princípio moral interno, mas não um comportamento ético no serviço público.
- C) Rogério distinguiu sua moral pessoal da ética pública, adotando conduta alinhada ao interesse coletivo.
- D) Rogério deveria ter atendido ao colega, pois relações de confiança são compatíveis com a ética pública.

19. A servidora pública Helena atua na área de atendimento ao cidadão na Câmara Municipal de Independência/CE. Durante um pedido feito com base na Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), um solicitante requereu acesso ao relatório completo de avaliação interna de desempenho de todos os servidores do setor — documento que contém dados pessoais e até informações sensíveis sobre saúde e produtividade.

Helena, ao analisar o pedido, percebeu que a divulgação integral violaria a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), mas também sabia que a publicidade é princípio constitucional que rege a Administração Pública. Diante disso, ela decidiu fornecer apenas as partes do relatório que não identificavam servidores, garantindo transparência sobre o funcionamento do setor sem expor dados pessoais. A conduta de Helena demonstra que

- A) a LAI revoga a LGPD nos pedidos de acesso à informação, permitindo o fornecimento irrestrito de relatórios internos.
- B) a publicidade deve prevalecer sempre, o que justificaria divulgar os dados pessoais dos servidores.
- C) a proteção de dados pessoais é absoluta, impedindo qualquer fornecimento de informações públicas.
- D) a Administração deve harmonizar transparência e privacidade, assegurando divulgação proporcional e segura.

20. Segundo o Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), a Administração deve assegurar

- A) sigilo como regra geral.
- B) acesso restrito a servidores.
- C) divulgação apenas quando houver ordem judicial.
- D) transparência ativa e passiva das informações públicas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre o controle interno e externo na Administração Pública, seus conceitos, objetivos, tipos e atribuições, assinale a alternativa correta.

- A) O controle externo é realizado pelos órgãos internos da Administração Pública, com o objetivo de garantir a eficiência e economicidade dos atos administrativos.
- B) O controle interno é exercido exclusivamente pelos tribunais de contas, com a finalidade de fiscalizar a legalidade dos atos administrativos praticados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta.
- C) O controle interno tem como uma de suas atribuições apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme previsto na Constituição Federal.
- D) O controle externo é exercido pelos órgãos internos da Administração Pública e visa assegurar a conformidade dos atos administrativos com os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade.

22. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado em uma Câmara Municipal, foi constatada a contratação de serviços de consultoria sem licitação, sob alegação de inexigibilidade, mas sem justificativa técnica adequada. O Ministério Público, ao tomar conhecimento do relatório do TCE, instaurou procedimento para apurar eventual ato de improbidade administrativa. Com base na Constituição Federal e na legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- A) O Ministério Público não pode atuar nesse caso, pois a fiscalização da legalidade das contratações é atribuição exclusiva dos Tribunais de Contas, que possuem poder sancionatório integral.
- B) O Tribunal de Contas possui competência para aplicar sanções penais aos responsáveis, bem como determinar a indisponibilidade de bens, pois exerce função jurisdicional plena no controle externo.
- C) O Ministério Público atua apenas como fiscal da lei nos processos perante os Tribunais de Contas, não podendo instaurar procedimentos próprios para apurar atos de improbidade administrativa.
- D) O Tribunal de Contas, em auxílio ao Poder Legislativo, no exercício do controle externo tem competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

23. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Sobre as suas disposições, assinale a alternativa correta acerca do exercício financeiro.

- A) Pode ter duração de até quatorze meses nos termos de lei específica do ente federativo.
- B) Corresponde a um período de dez meses do ano civil.
- C) Acompanha o período do mandato do prefeito.
- D) Coincide com o ano civil.

24. A Resolução CFC nº 750/93 foi revogada, mas seus princípios, como os da Competência, Entidade, Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original e Prudência, foram absorvidos por outras normas e continuam a ser a base da contabilidade, especialmente para a lógica contábil aplicada no setor público. Dessa forma, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da Competência determina que receitas e despesas sejam reconhecidas no período em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- B) O princípio da Entidade permite que bens pessoais do sócio sejam registrados no ativo da empresa, desde que utilizados na operação.
- C) O princípio da Continuidade pressupõe que a entidade será encerrada em prazo inferior a um ano.
- D) O princípio da Prudência orienta que ativos e receitas sejam registrados pelo maior valor possível, para refletir o potencial econômico.

25. A Constituição Federal de 1988 dispõe que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Assinale a alternativa correta que estabelece o que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, por sua vez, disciplina sobre a LDO.

- A) O Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de LDO e estabelecerá metas semestrais em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para o imediatamente seguinte.
- B) A LDO conterá o Anexo de Riscos Fiscais, que apenas avalia os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, sendo as providências a serem tomadas, caso se concretizem, informadas em outro Anexo da Lei.
- C) Apenas o Anexo de Metas Fiscais da União poderá conter as metas anuais para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública.
- D) A LDO disporá também sobre equilíbrio entre receitas e despesas e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

26. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) As entidades que compõem a administração indireta não possuem personalidade jurídica própria.
- B) São entidades da administração indireta os departamentos e os ministérios.
- C) A administração direta é hierárquica, centralizada, com órgãos que integram as pessoas políticas do Estado.
- D) O controle finalístico exercido entre a administração direta e a administração indireta ocorre porque há subordinação da administração indireta em relação à administração direta.

27. Acerca das previsões constitucionais e das existentes na Lei Complementar nº 101/2000 em torno da Lei Orçamentária Anual - LOA, assinale a alternativa correta.

- A) A LOA compreenderá apenas dois orçamentos, quais sejam: o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social.
- B) A Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- C) Todas as despesas relativas à dívida pública, incluída a mobiliária e excepcionada a contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da LOA.
- D) É possível consignar na Lei Orçamentária, crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

28. Nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho. Sobre a temática, assinale a alternativa correta.

- A) Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração líquida do servidor.
- B) Os municípios não podem exceder o percentual de sessenta por cento da receita corrente líquida em relação à despesa total com pessoal em cada período de apuração.
- C) A União não pode exceder o percentual de cinquenta por cento da receita corrente líquida, em relação à despesa total com pessoal, em cada período de apuração, e, para atendimento deste limite, computam-se as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- D) O cumprimento dos limites com as despesas com pessoal será realizado ao final de cada bimestre.

29. Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP 20 - Transparência e *Accountability*, assinale a alternativa correta.

- A) Os Tribunais de Contas devem adotar normas e metodologias que estejam em conformidade com os princípios fundamentais de auditoria e elaborados de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público.
- B) Os Tribunais de Contas devem solucionar conflitos internos de interesses, corrupção e outras situações danosas ao patrimônio público, assegurando a transparência e a legalidade de seus próprios atos, mas não tem dever de prevenir estas controvérsias.
- C) Os relatórios de auditoria devem ter divulgação limitada, não podendo ocorrer em meio eletrônico.
- D) O trabalho dos consultores e especialistas deve ser amplo e não limitado ao escopo delineado por profissional do Tribunal de Contas, responsável pelas auditorias, e suas conclusões devem ser reproduzidas no relatório de auditoria, acompanhadas da opinião e dos comentários dos profissionais de auditoria.

30. Acerca das receitas e despesas e as normas aplicáveis à contabilidade pública, assinale a alternativa correta.

- A) É permitida a dedução de despesas e de receitas na Lei de Orçamento.
- B) As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão efetivamente como receitas no orçamento da entidade obrigada à transferência.
- C) São receitas correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- D) São despesas de capital os investimentos, as inversões financeiras e os dispêndios com pessoal e com material de consumo.

31. A auditoria governamental é um instrumento essencial no setor público. Considerando as finalidades e objetivos da auditoria governamental, assinale a alternativa correta.

- A) A auditoria governamental tem como objetivo principal assegurar a legalidade e a transparência na gestão dos recursos públicos, avaliando também a eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais.
- B) A finalidade da auditoria governamental é exclusivamente verificar a conformidade contábil das demonstrações financeiras, não abrangendo aspectos de eficiência ou efetividade das políticas públicas.
- C) A finalidade da auditoria governamental é apoiar exclusivamente o controle externo, não possuindo função preventiva ou de orientação aos gestores públicos.
- D) A auditoria governamental, por sua natureza, não pode emitir recomendações para aperfeiçoamento da gestão pública, limitando-se à constatação de irregularidades.

32. As Normas de Auditoria do Setor Público – NBASP 200 - fornecem os princípios para uma auditoria de demonstrações contábeis ou outras formas de apresentação de informações financeiras. Assinale a alternativa correta de acordo com as disposições da NBASP 200.

- A) O auditor deve aplicar o conceito de materialidade apenas em termos quantitativos, relativos ao valor, ao planejar e executar a auditoria e ao avaliar os achados e relatar os resultados.
- B) O auditor pode emitir opinião com ressalvas, quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou no conjunto, são relevantes e generalizadas.
- C) É vedada a abstenção de opinião por parte do auditor.
- D) O “usuário” das demonstrações contábeis no setor público é primariamente o Poder Legislativo, que é o representante dos cidadãos (os usuários finais). A asseguuração quanto à confiabilidade da informação, por meio da auditoria financeira é, portanto, uma parte essencial desse processo. Outros usuários podem incluir ministérios, no caso de demonstrações contábeis de entidades do setor público que trabalham em nome destes.

33. Normas e orientações profissionais são essenciais para a credibilidade, a qualidade e o profissionalismo da auditoria do setor público. Sobre as disposições das Normas de Auditoria do Setor Público – NBASP 300, assinale a alternativa correta.

- A) O objeto da auditoria operacional limita-se a programas, a entidades ou a fundos.
- B) A auditoria operacional promove a *accountability* ao ajudar aqueles com responsabilidades de governança e supervisão a melhorar o desempenho. Isso é feito ao examinar se as decisões tomadas pelo poder legislativo ou pelo executivo são formuladas e implementadas de forma eficiente e eficaz e se os contribuintes ou cidadãos têm recebido em retorno o valor justo dos tributos pagos.
- C) A auditoria operacional deve questionar as intenções e as decisões do poder legislativo, além de examinar se há alguma deficiência nas leis e nos regulamentos ou na sua forma de implementação que esteja impedindo que os objetivos especificados sejam alcançados.
- D) Os auditores não precisam gerenciar riscos ativamente.

34. Conforme a Lei nº 3, de 10 de março de 1993, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Independência/CE, é correto afirmar que

- A) a investidura em cargo de provimento efetivo será sempre precedida de concurso de provas ou de provas e títulos, sendo facultativas provas de títulos em concursos para provimento de nível universitário.
- B) não é possível a substituição temporária e em caso de impedimento legal dos ocupantes de cargo de direção ou de assessoramento.
- C) após nomeado e empossado, o servidor entrará em exercício, competindo a qualquer outro servidor que trabalhe no setor em que o novo servidor exercerá as suas funções dar-lhe o exercício.
- D) o processo administrativo ou a sindicância serão instaurados para a apuração de irregularidade no serviço público Municipal, resguardando os direitos do servidor e garantindo à Administração Pública segurança e legalidade.

35. Sobre a revisão do processo administrativo, nos termos da Lei nº 3, de 10 de março de 1993, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Independência/CE, assinale a alternativa correta.

- A) Será dada a revisão dos processos quando a decisão for contrária ao texto da lei ou da prova dos autos.
- B) As revisões serão feitas pela mesma comissão processante.
- C) Não há previsão no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Independência/CE de contratação de servidores temporários.
- D) No plano de cargos e salários dos servidores municipais, é permitida a diferença de vencimentos, de exercício de cargo e de critério de provimento por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

36. Acerca do Regimento Interno da Câmara Municipal de Independência/CE – Resolução nº 86, de 26 de novembro de 2021, assinale a alternativa correta.

- A) A Câmara tem funções legislativas e exerce atribuições de fiscalização financeira e orçamentária, controle e assessoramento dos atos do Executivo, mas não pode praticar atos de administração interna.
- B) A renúncia do vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora dar-se-á por ofício a ela dirigido e se efetivará quando for lida em sessão e passar por deliberação do Plenário.
- C) O Presidente é o representante da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades internas e, entre suas atribuições, destaca-se a de organizar a Ordem do Dia das Sessões.
- D) A fiscalização financeira e orçamentária será exercida pela Câmara Municipal, sem auxílio do Tribunal de Contas competente.

37. Acerca da extinção dos contratos administrativos e das hipóteses respectivas, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assinale a alternativa correta.

- A) Razões de interesse público, ainda que justificadas pelo responsável da entidade contratante, não são motivos para extinção do contrato.
- B) A extinção do contrato poderá ser consensual, havendo interesse da Administração Pública, assim como poderá ser determinada por decisão arbitral ou por decisão judicial. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração só não poderá ocorrer em caso de descumprimento decorrente da conduta da própria Administração.
- C) A extinção consensual dispensa prévia autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e a redução a termo no respectivo processo.
- D) A extinção determinada por ato unilateral da Administração acarretará, necessariamente, a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

38. Assinale a alternativa correta acerca da extinção dos atos administrativos.

- A) Mediante discricionariedade, foi concedida licença funcional a um servidor. Após o gozo da licença, este ato pode ser revogado.
- B) Se determinado engenheiro deixa de atender aos requisitos exigidos por lei para exercer regularmente a sua profissão, a licença para o exercício da sua profissão será cassada.
- C) A anulação é a retirada do ato administrativo do mundo jurídico em razão de juízo de conveniência e oportunidade.
- D) A exoneração de um servidor consubstancia extinção do ato da nomeação por caducidade.

39. O artigo 89, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe que “os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.”. Sobre a temática dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A Administração convocará, regularmente, o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sendo inviável, em qualquer hipótese, a prorrogação do prazo da convocação.
- B) Se o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração não poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- C) No caso de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração poderá, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- D) Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, os licitantes não ficam liberados dos compromissos assumidos.

40. Foi identificado no projeto básico, relativo a uma execução de uma obra pública, um erro material que resultou em alterações quantitativas em itens do orçamento planejado. Todavia, parte do orçamento da licitação foi classificada como sigilosa e a contratada solicitou termo aditivo para o reequilíbrio econômico-financeiro contratual. Neste contexto, assinale a alternativa correta a ser adotada pela Administração.

- A) A Administração deverá analisar o termo aditivo para o reequilíbrio econômico-financeiro contratual, porque o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.
- B) A Administração não poderá analisar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro solicitado pela contratada, devido ao sigilo atribuído ao orçamento.
- C) Se o contrato for extinto, a Administração não poderá reconhecer eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- D) Se a Administração realizar alteração unilateral do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou de diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites permitidos pela lei, não deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.